

A RESSIGNIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: PERSPECTIVA JOVEM EM QUESTÃO

THE RE-SIGNIFICATION OF COMMUNICATION: YOUTH PERSPECTIVE IN QUESTION

Matheus Freire de Oliveira Couto¹
Doriele Andrade Duvernoy²

Resumo

O presente artigo discute o conceito de comunicação a partir de uma perspectiva da juventude no Brasil perpassando pelo debate teórico e legal de comunicação, juventude e participação. Tem como objetivo a decodificação do conceito de comunicação para o público em questão utilizando como metodologia a pesquisa de campo com formulário eletrônico tendo perguntas abertas e de múltipla escolha respondidas por estudantes do Ensino Médio de uma escola estadual, situada no município de Paulista – PE. Os resultados apontam para o caráter dialógico em que os jovens envolvidos na pesquisa atribuem às suas interações sociais, diante dos meios de comunicação de massa, utilizados como aparelho de reprodução e manutenção da ordem social.

Palavras-chave: Comunicação. Participação. Juventude. Diálogo.

Abstract

This article discusses the concept of communication from a youth perspective in Brazil, going through the theoretical and legal debate of communication, youth and participation. It aims to decode the concept of communication for the public in question using as methodology the qualitative approach of documentary research and field research with electronic form having

¹ Graduado em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade de Pernambuco e com Mestrado Profissional em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE pela Universidade de Pernambuco. Pesquisador no campo de educação e sociedade, com interesse em juventude, cultura e trabalho. Professor efetivo de sociologia da Rede do Estado de Pernambuco atuando no Ensino Médio regular. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6755253006321623>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9328-8167> e e-mail: matheus_freire1995@hotmail.com.

² Doutora e Mestre em Educação pela Université Lumière Lyon2, França. Livre-Docente, Professora Associada da Universidade de Pernambuco -UPE. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Sujeitos, Docência e Currículo. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE-UPE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2215164070006813>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6984-4012> e e-mail: doriele.andrade@upe.br.

open and multiple choice questions answered by high school students from a state school, located in the municipality of Paulista - PE. The results point to the dialogical character in which the young people involved in the research attribute to their social interactions, in the face of the mass media, used as an apparatus for reproduction and maintenance of the social order.

Keywords: Communication. Participation. Youth. Dialogue.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação como campo de pesquisa defronta-se com problemáticas que envolve questões práticas da vida humana, por isso os combustíveis de suas discussões teóricas são fatos e acontecimentos empíricos correspondentes ao cotidiano popular, seja a abordagem do campo feita a partir de uma perspectiva vertical ou numa perspectiva que trabalhe e estimule o fazer comunicação de forma democrática, horizontalizada. Assim, não há pesquisa em comunicação sem a relação interpessoal, transitando, inevitavelmente pela temática das relações de poder humanas.

O debate que põe comunicação como questão principal é, inevitavelmente, um debate transdisciplinar por discutir a interação humana de maneira holística, desaguando na reflexão acerca do que causa, o que envolve e o que impacta. Transdisciplinar porque situa em seu interior o acúmulo de diferentes perspectivas científicas que não estão ali em relação de cooperatividade e reciprocidade, mas de compartilhar a condição de essência daquilo sem que seja possível a sua separação. A transdisciplinaridade tem fundamental importância na construção do conhecimento acerca das atribuições ontológicas do ser. Para Akkio Santos (2005) “A transdisciplinaridade é a busca do sentido da vida através de relações entre os diversos saberes (ciências exatas, humanas e artes) numa democracia cognitiva”, isso traduz-se em responsabilidade para quem lança seu olhar para o campo e se propõe a entrar em suas discussões: conseguir abarcar em sua perspectiva a complexidade desta composição.

Para Delia Covi Druetta, é possível identificar com mais precisão as disciplinas que fazem parte da coalização do campo de pesquisa da Comunicação apesar de haver posicionamento ambíguo dessas disciplinas - quando se trata de contexto científico - e ocupação pouco definida:

Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia e, em menor medida, Matemática e Engenharia são as disciplinas que configuram a cultura parental da Comunicação. Sua contribuição para o desenvolvimento do campo teórico e metodológico da Comunicação é fundamental e pode ser reconhecida em sua evolução histórica e nas perspectivas a partir das quais ela foi analisada. (Druetta, 2011. p. 109).

Entretanto a autora afirma ainda que o campo da comunicação busque sua solidificação, isto é, busque uma concretude identitária própria e apesar de ser jovem, este campo necessita alcançar sua autodeterminação. Um dos requisitos para isso é que seja preciso escrever e contar sua própria história.

Através dos séculos, foram desenvolvidas diferentes maneiras de se fazer interações sociais tendo o avanço tecnológico como fonte de recurso para os meios comunicativos. A comunicação corre como o rio de Heráclito; na era digital este rio corre ainda mais rápido e agitado, trazendo sempre o novo, o diferente, o inovador, buscando a objetividade e eficácia. Esta gama cada vez mais atualizada de possibilidades de “se fazer comunicação” apresenta-se como novo desafio para os que estudam o campo, uma vez que sua expansão ocorre a galopes. Entretanto há qualquer maneira de se compreender neste campo aspectos não variáveis ou invariantes como forma de identificar a composição estrutural destas interações sociais (Strauss, 1987). Assim, captar a matriz que cede seus tentáculos para as variadas formas de se fazer comunicação mostra sua importância na medida em que revelar a essência da estrutura das interações sociais contribui para a codificação e decodificação dos símbolos.

Jensen (2008) afirma que é fundamental o emprego de diferentes pontos de vista técnicos e científicos para o estudo da comunicação. À exemplo: as ciências humanas que entendem a comunicação em seus símbolos onde estas interações se fazem por meio de trocas de elementos intersubjetivos, e as ciências sociais que entende a comunicação como um processo de interação onde desenvolve-se todas as formas de práticas sociais, culturais e psicológicas (Jensen, 2008).

Mesmo com a necessidade de se lançar uma abordagem transdisciplinar sobre questões gerais dos estudos em comunicação, diferentes campos das ciências ocupam-se em algumas especificidades dos problemas da comunicação. Sobre isso, Delia Covi Druetta usa como exemplo “as campanhas eleitorais passam para o campo da Ciência Política, os efeitos da mídia para o da Sociologia e as práticas de Comunicação para o terreno da Antropologia” (Druetta, 2011. p. 110). Ainda com Druetta, vê-se que as novas transformações, ligadas ao uso otimizado das Tecnologias de Informação e Comunicação, relacionam-se com o

surgimento de novos recursos comunicacionais como internet, TV digital, entre outros. Estes novos recursos trazem consigo maior demanda e atenção da pesquisa, uma “recolocação teórica e metodológica da área” (2011, p. 114).

Percebendo o terreno da Comunicação em constante processo de descobrimento e levando em conta sua vastidão e complexidade, cabe aqui o foco em uma de suas possíveis abordagens: este artigo propõe-se a discutir a perspectiva jovem sobre a comunicação, seu conceito, seu uso e a relevância da mesma para o tipo de participação dos jovens nos espaços que eles ocupam. Para isso buscamos saber: que tipo de olhar pode-se lançar a este campo a partir de um tema em efervescência como a juventude?

Para este objetivo, propomo-nos a desenvolver uma pesquisa de campo com estudantes do Ensino Médio de uma escola estadual situada no município de Paulista – PE, onde será revelado as perspectivas e significados que estes estudantes atribuem à comunicação e suas vivências. A análise para com estes dados aqui trazidos é permeada com um olhar sociológico para a codificação deste modelo de comunicação e pistas do esboço social que se constrói a partir das construções empíricas dos atores.

2 PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO: UM OLHAR SOBRE OS JOVENS

A discussão sobre participação se dará, aqui, a partir do pensamento de Paulo Freire sobre as diferentes conceituações que podem ser atribuídas a esta palavra. O filósofo brasileiro afirma que a participação efetiva se dá como engajamento, quando, em caminho de busca por sua libertação, os sujeitos juntos, participam do processo em comunhão. Por outro lado, aqueles que se encontram no espaço não como atuante, mas como passivo; não como sujeito engajado, mas como sujeito que não tem voz, articulação ou qualquer relação expressiva ali em sua participação de fato, a esta, o autor nomeia como “pseudo-participação” (Freire, 1987). O paralelo entre essas duas possibilidades de participação terá importância na presente pesquisa, pois esta está intimamente relacionada com o ato comunicativo. A participação enquanto engajamento só é possível através do diálogo entre os que ali estão. É, por tanto, comunicação.

Ismar de Oliveira Soares (2014) explica que, no que tange a linha de articulação teórico-prática entre comunicação e educação, há de se considerar dois axiomas: a) educação

só é possível como ação comunicativa e; b) comunicação (produção simbólica e intercâmbio de sentidos) é, em si, uma ação educativa.

Sendo assim, a formação cidadã é inerente ao processo comunicativo. Assim há construção humana: produto de diferentes modelos comunicativos que determinam resultados educativos distintos (Soares, 2014). Em contexto social globalizado, a intensa carga de informações (a prática comunicativa) é fator motriz na formação dos jovens por assim educá-los. Este fato dá ênfase à delicadeza do tema por demandar atenção especial e olhar crítico no consumo que é veiculado nas diferentes mídias. Assim, tanto importa atentar ao conteúdo emitido pelas mídias e demais meios comunicativos, quanto atentar para o público alvo, o receptor do conteúdo, que dará a ele sua interpretação, codificando, decodificando e assimilando aquilo como contribuição a composição do seu ser, neste artigo: o jovem.

Trabalhando com juventude, Dayrell (2003) conceitua como “ao mesmo tempo condição social e um tipo de representação” e, para compreender a complexidade do tema, o autor constata: “ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso - por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências”. Concomitantemente, a avalanche de informações trazidas pelos mais variados meios de comunicação conquista espaços no interior dos jovens, moldando progressivamente os estilos, comportamentos, pensamentos e sentimentos. Para melhor enxergar a questão, o autor sinaliza que é preciso deixar de lado alguns estigmas sobre essa categoria social, como, por exemplo, não mais entendê-la como uma fase de transitoriedade, algo que será mas não é, negando o que é no presente (Dayrell, 2003).

Para Castro e Vasconcelos (2007), quando se fala em juventude, sua participação política envolve tanto o racional/instrumental quanto o racional/emocional, defrontando-se com as fronteiras e buscando perspectivas dialéticas. Para tanto, os jovens buscam outras formas de participação. Ao passo que se distanciam das propostas de projetos em âmbito de Estado, estão motivados em pautas como as de identidade, por exemplo. Ainda que o poder da indústria cultural exerça grande influência na massificação da identidade do povo (Adorno; Horkheimer. 1985)³, a dinâmica da juventude – inerente à sua condição social, como dito por Dayrell – é reforçada pelas diferenças no Brasil, como a de classe, cor e raça, regionalidade, sexo, gênero e demais questões sociais, fazendo haver contraste dentro da própria juventude,

³ Os autores ressaltam que uma cultura unitária é uma meta do liberalismo, assim, todas as categorias e conteúdo da indústria cultural derivam unicamente de uma esfera liberal.

entre seus pares. Dessa maneira, pautas de identidade, como relembra Castro e Vasconcelos (2007) se torna uma temática central de discussão no cenário da juventude brasileira, sendo si mesmo o palco da contradição dialética entre a massificação da cultura - promovida por grandes meios de comunicação - e as suas singulares experiências diárias oriundas de seu contexto social, gerando seus saberes, percepções e pensamentos empíricos.

Assim, considerando a pluralidade de realidades e vivências existentes nessa condição social que é a juventude, cabe a abordagem dos meios de comunicação que lhes dispõem como potenciais espaços de articulação de vozes para causas, bandeiras e demandas em comum. A escola enquanto espaço de socialização dos sujeitos se faz como berço da unidade dos diferentes, oferece o que é necessário para tornar a comunicação natural daquele espaço, uma oportunidade para a articulação e participação. Fazendo com que os sujeitos entendam o mundo, se entendam, dialoguem para que, enfim, atuem neste mundo como agentes (Giddens, 2006), pois, como afirma Habermas (1977, *apud* Castro; Vasconcelos. 2007. p. 83) “o uso público das liberdades comunicativas é um gerador potencial de poder”.

3 DA COMUNICAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA À COMUNICAÇÃO COMO DIREITO

O debate acerca do direito à informação e comunicação, para além de teoria e pesquisa, permeia necessariamente a esfera governamental, demandando políticas públicas para controle, regulação, justiça e transparência das ações do poder público. Assim se faz pertinente a noção histórica da construção e desenvolvimento dessa pauta como direito humano fundamental. Para concretizar a condição humana comunicativa e possibilitar germinar cada fruto que esta possa oferecer, é necessário o debate no âmbito legal a fim de tornar patente o que nos torna sujeitos de direito.

Tendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos como ponto de partida da discussão sobre direitos fundamentais encontra-se, em seu artigo XIX (ONU, 1958) “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Com isso, sucessivamente fora lançado novos documentos que reforçam, enfatizam e aprofundam este direito, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção das Nações Unidas (ONU,

2009) e a UNESCO que tem como princípios que regem as características de um regime de direito à informação para a elaboração de leis sobre informação dos países. (Mendel, 2009)

Em se tratando de Brasil, o país figura participação em diversos acordos internacionais com debates que também abordam o tema, como elenca Vanzini (2018): Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966); a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (2000); a Declaração de Atlanta (2008); Convenção das Nações Unidas contra a corrupção (2009).

Em legislação própria, a questão do acesso à informação e liberdade de expressão está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com explanação do artigo 5º, seguindo princípios e orientações de documentos internacionais, como o da UNESCO, citado acima. Entretanto o país não havia, ainda, adotado normas reguladoras que pudessem pôr em prática as disposições da constituição, mas houve/há andamento.

A Lei de Acesso à Informação trouxe maior impacto na estrutura de tal tema no país. Discutindo pontualmente seus diversos aspectos de maneira precisa, a lei busca abrangência e precisão, determinando quem, por ela, são contemplados no art. 1º, parágrafo único:

- I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;
- II- as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Brasil, 2011).

Além de descrever quais informações devem ser asseguradas ao acesso público, como, por quem e quais recursos a população dispõe para isso. Assim, a lei representou grande avanço no debate que tange o acesso à informação, possibilitando fertilidade no campo da comunicação e as construções relativas ao trabalho nesta área.

Sob a luz da Lei do acesso à Informação nacional, sancionada em novembro de 2011, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), o Governo do Estado de Pernambuco, tendo Eduardo Campo (PSB) como governador, promulgou a Lei 14.804 em outubro do ano seguinte, com idêntico escopo da Lei nacional.

Em concomitância às ações governamentais, no Estado de Pernambuco, a sociedade civil vem participando ativamente no debate do direito à comunicação. No ano passado, o Fórum Pernambucano de Comunicação – FOPECOM realizou o II Encontro Estadual do Direito à Comunicação, tendo como tema central “Comunicação e Resistência”. Sediado no Centro de Cultura Luiz Freire, o encontro teve como público alvo ativistas, pesquisadores,

estudantes e demais cidadãos interessados na mobilização pelo direito à comunicação. Para além do debate sobre acesso à informação de órgãos públicos, o foco aqui se encontra nas estratégias de comunicação para o fomento à liberdade de expressão e reivindicação do lugar da diversidade de vozes, objetivando uma sociedade menos desigual, mais justa e solidária.

Em evidência está a crescente demanda pelo direito à informação e pelo direito à comunicação não mais como questão legal, mas como espaço que ainda carece de incentivos necessários, por parte do poder público, para o fortalecimento do espaço comunicativo nos mais diversos lugares e situações sociais como ambiente democrático.

Em se tratando dos sujeitos do presente trabalho, o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, prevê, no art. 22º, na seção IV - que trata do direito à cultura, competência do poder público para promover ao jovem a inclusão digital, a participação em produção e fruição dos bens culturais, entre outras iniciativas que cabem ao poder público como estratégia do direito à cultura. Na seção VII, onde trata do Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão, os art. 26º e 27º voltam a reforçar iniciativas do poder público para promoção do jovem ao usufruto do direito à comunicação, como acesso, produção, criação, inclusão de cunho comunicativo e demais atividades voltadas a lapidar o direito do jovem à cidadania.

Paulatinamente há concretização, do ponto de vista legal, no que tange o caminhar à uma plena democratização no modo de se fazer comunicação. Busca-se, então, estratégias para fazer com que este direito vá além do papel a fim de torná-lo uma realidade cotidiana intrínseca à vida social.

Considerando as diferentes possibilidades de se traçar estratégias para alcançar o fim citado acima, a escolhida para o presente trabalho é a educomunicação, por entender que esta propicia aos jovens apropriação sobre produção de mídia, estimulando o desenvolvimento das mais diversas linguagens como a escrita, visual, oral, digital, entre outras, e, a partir do desenvolvimento dessas linguagens, construir uma articulação entre os pares que resultem não só no fortalecimento do sentimento de solidariedade, coletivo e comunhão, mas na elaboração de ações concretas que resultem na superação dialética de si por resultar na superação dialética daquele contexto social: a busca pelo Ser Mais (Freire, 1987).

4 COMPREENDENDO A JUVENTUDE (?)

Foi na segunda metade do século XIX que surgiu o entendimento da juventude como categoria social a partir de um problema sociológico. Pais (1990) conta que a juventude aparece como socialmente manipulada e manipulável e a evidência para tal é a crença e reprodução da afirmação de sua constituição enquanto unitária por questão de faixa etária.

Pais (1990) mostra que a Sociologia da juventude vacila entre duas tendências: juventude tomada como «fase da vida», com aspectos mais uniformes, dentro de uma cultura juvenil, ou a juventude tomada a partir das diferentes culturas juvenis.

Contudo, uma perspectiva não nega a outra, mas em si se complementam: para Dayrell (2008 *apud* Ferreira; Magalhães, 2010), pode-se entender a juventude como “de um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, e de outro há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a este tipo de vida”, assim o fator idade não interfere em questões socioeconômicas e culturais, podendo-se constituir em determinada faixa etária e, ainda assim, assegurar sua pluralidade e diversidade.

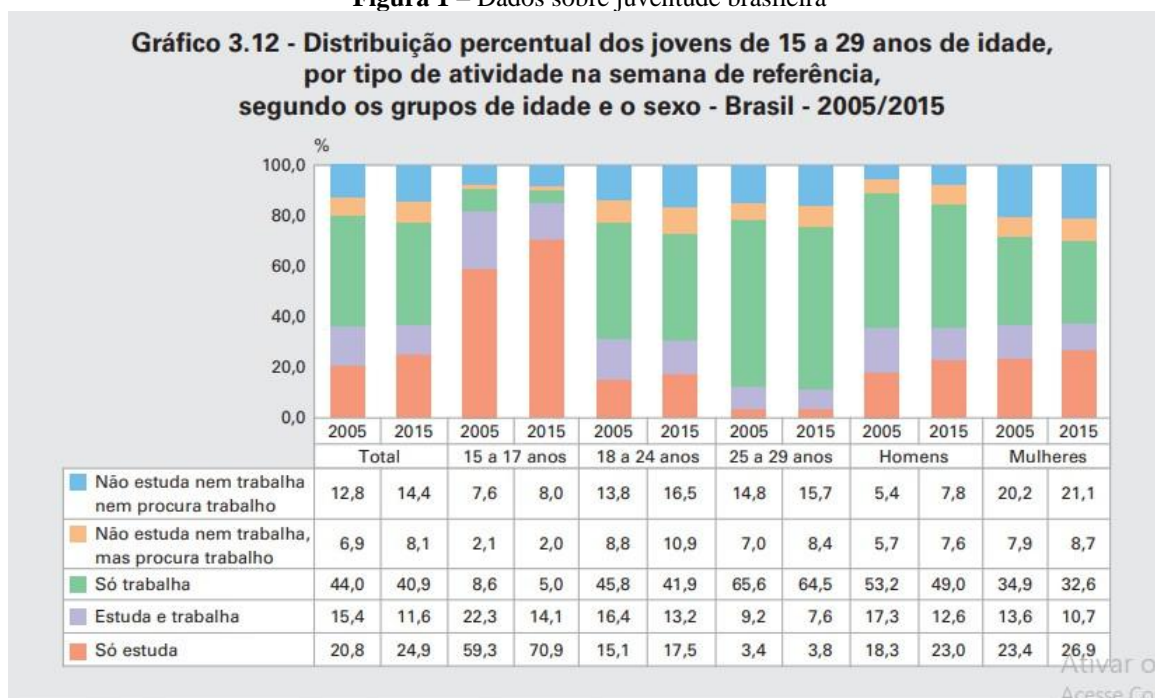
No Brasil, o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) considera jovem a pessoa entre 15 e 29 anos, sendo estes divididos em três grupos através da faixa etária pela Política Nacional da Juventude: os jovens-adolescentes, dos 15 aos 17 anos; os jovens-jovens, dos 18 aos 24 anos e; o jovens-adultos, dos 25 aos 29 anos. Atualmente há 48,5 brasileiros entre 15 e

29 anos (IBGE, 2018). Desses, 23% não trabalham nem estudam. Dado relevante ao considerar que o período entre a juventude e a fase adulta tem, como um dos marcos, a independência financeira.

Este alargamento do período entre a maioridade e o fim da juventude (até os 29 anos) se consolida na medida em que há uma tendência entre os jovens em atrasar a independência financeira, a saída da casa dos pais e afins, para focar em sua formação acadêmica e profissional. Segundo o censo do INEP de 2019, entre 2008 e 2018 o número de matrículas nas instituições de ensino superior aumentou em 44,6% (contando com instituições públicas e privadas – as IES privadas tem participação de 75,4% do total de matrículas, enquanto as IES públicas têm 24,6%). Importante ressaltar ainda que o número de matrículas na modalidade de ensino à distância triplicou e, em 2018, ultrapassou o número de matrículas nas IES na modalidade presencial (50,2% e 49,8% respectivamente). Contando o número de concluintes, entre 2008 e 2018, houve um crescimento de 49% no número de concluintes na rede privada,

enquanto a rede pública somou 32,3%. Em contraste aos crescentes números de matrículas nas instituições de ensino superior, o IBGE revela a diminuição do número de jovens que só trabalham, como mostra o gráfico:

Figura 1 – Dados sobre juventude brasileira



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015.

Fonte: IBGE (2015).

Vemos no gráfico que há queda no número de jovens homens e mulheres que só trabalham e trabalham e estudam, enquanto há considerável aumento no número dos que só estudam; também há aumento no número dos que não estudam nem trabalham e não procuram emprego, os que não buscam independência financeira. Este dado não só aparece entre jovens-adolescentes e jovens-jovens, o aumento no número dos que não trabalham, não estudam e não procuram emprego também aparecem entre os jovens-adultos.

Os dados trazidos não significam tentativa de padronização e enquadramento das juventudes no Brasil, mas de revelar uma tendência considerando toda a heterogeneidade.

5 ANÁLISE DE DADOS: POR UM RESGATE À COMUNICAÇÃO DIALÓGICA

Com fim de estabelecer um paralelo em que, de um lado, aborda-se as discussões científica-filosóficas que envolve a comunicação, suas causas e seus impactos, e, do outro lado, a percepção do jovem acerca da comunicação, seus significados, seus conceitos e suas experiências, o presente artigo traz uma pesquisa realizada por meio de formulário eletrônico com estudantes secundaristas de uma Escola de Referência em Ensino Médio de Pernambuco, situada no município de Paulista.

A plataforma utilizada para a pesquisa foi o formulário eletrônico do Google, enviado para os estudantes do primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio da escola em questão. Em contexto de isolamento social motivado pela pandemia que enfrentamos, o contato entre escola e aluno se baseia, principalmente, pelo meio digital. Contudo, questões socioeconômicas permanecem como fator determinante: na escola onde fora realizada a distribuição do formulário eletrônico há 6 turmas do Ensino Médio. Cada uma delas comporta uma média de 40 estudantes, entretanto, nos grupos do aplicativo de mensagens WhatsApp de cada turma há uma média de 15 estudantes presentes naquele espaço digital. Estes foram os alcançados pelo formulário. Ao todo 60 estudantes enviaram suas respostas.

A escola está situada no município de Paulista. Conta com um total de 1265 estudantes e 35 professores. Nela, comporta-se os seguintes níveis de ensino e modalidade: Ensino Fundamental II (4 turmas do sexto ano, 4 turmas do sétimo ano, 5 turmas do oitavo ano e 4 turmas do nono ano), Ensino Médio (4 turmas do primeiro ano, 3 turmas do segundo ano e 2 turmas do terceiro ano), há também o EJA com duas turmas para o ensino fundamental, a Escola Municipal de Jovens e Adultos (EMEJA), com duas turmas para o Ensino Médio, Travessia do ensino fundamental e o Travessia do Ensino Médio.

Além dos citados níveis de ensino e modalidade, a escola participa de diversas ações sociais, como parceria com posto de saúde (com palestras e visitas), parceria com a igreja, onde está permite a utilização de seu espaço pela escola, além do uso do espaço da escola para diversas outras ações como Associação de Alcoólicos Anônimos, Associação dos moradores e até aniversariantes da comunidade. Torna-se assim, perceptível uma íntima relação entre a escola e a comunidade.

Sobre a questão do acesso ao mundo digital contrastado por distintas realidades socioeconômicas dentro de uma mesma escola, traz-se a pesquisadora Cristina Ponte (2010)

que critica o termo *geração net* por este ignorar diferentes aspectos sociais e reduzir toda uma faixa etária global ao que ela chama de “determinismo tecnológico”.

No formulário não há qualquer forma de identificação dos estudantes. Dentre as questões, há perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, onde todos e todas poderiam ficar à vontade para responder de forma espontânea.

Com relação ao perfil dos estudantes que responderam, 60% se identificaram como sendo do gênero feminino, 38% como sendo do masculino e o restante preferiu não responder à questão. As idades registradas variam entre 14 e 19 anos, sendo 16 e 17 anos os maiores números de registros. 35% das respostas vieram de alunos e alunas do primeiro ano do Ensino Médio, 30% de alunos e alunas do segundo ano, e novamente 35% de alunos e alunas do terceiro ano.

A primeira questão trazida no formulário após a etapa de informações sobre o perfil do estudante, faz parte da sessão do formulário que aborda o conceito que o estudante dá à palavra Comunicação e quais os seus usos. A pergunta foi: “Quando você ouve a palavra comunicação, quais são as 3 palavras que vem imediatamente à sua cabeça?”. Reagrupando todas as respostas e verificando o número de repetições de cada um, os termos mais recorrentes são: Conversa(s)/conversar (13 ocorrências), falar (12 ocorrências) e Diálogo(s)/Dialogar (9 ocorrências)

Observando o “top 3” das respostas trazidas na primeira questão do formulário, vê-se que o público pesquisado não elenca de forma recorrente os meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, como primeiras palavras que lhes vêm à mente. Tais termos aparecem entre as respostas de modo mais tímido. Cristina Ponte (2010) conta que os ambientes digitais em que os jovens estão inseridos sofrem, constantemente, ataques do meio jornalístico ao abordarem-no de maneira negativa: um espaço onde os navegantes estão sempre expostos ao perigo de diversos tipos de criminosos tentando tirar proveito da ingenuidade dos que acessam aquele espaço.

Com essa correlação entre espaço virtual e perigo, essa prática do meio jornalístico acaba por distanciar os internautas da mídia de massa, excluindo dali a sua participação deste campo da comunicação. É o que revela a terceira pergunta presente no formulário da pesquisa: “Como você se comunica no dia a dia?” para esta questão, nenhuma resposta considerou as mídias de massa como uma prática comunicativa, a maioria relaciona a comunicação ao “diálogo”, “interação pessoal” ou por “aplicativo de mensagens”, “redes

sociais”, “falar e ouvir” e demais termos relacionados ao contato direto com pessoas de seu convívio.

Os espaços virtuais concretizam um modelo legítimo de sociabilidade, proporcionando, ali, uma comunhão entre os participantes. Para Marli dos Santos (2010, p. 79)

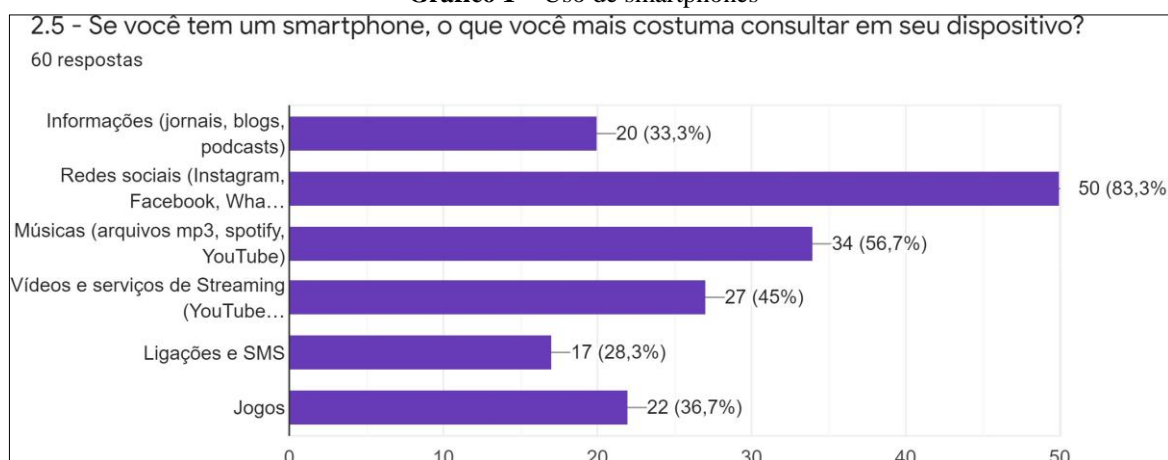
A rede de comunicação que a tecnologia propicia permite então trocas simbólicas, um sentimento de pertença que fundamenta as relações por afinidades [...]. É assim que nas comunidades virtuais, por meios de códigos e estruturas próprias, há a experiência de alteridade, segundo Sarmiento e Ecket. O jovem constrói na relação com o outro a sua identidade.

A autora conta ainda que “comunicação” vem do latim *comunicare*, que significa “compartilhar, tornar comum, envolver”, mas que a mídia de massa trouxe a separação entre emissor e receptor na relação de comunicação. Apesar disso, a juventude mostra tentar resgatar a indissociação entre o emissor e o receptor, ambicionando, conseqüentemente, o fortalecimento de suas relações dialógicas.

O interesse da juventude em comunicar-se está intimamente ligado a participar genuinamente. Não só ouvir, mas, igualmente fundamental, ser ouvido, à procura instintiva deste modelo de interação como pilar de sua formação.

Assim, quando imersos no mundo digital, conectados à internet, a comunicação realizada ali traz, como um dos seus principais ingredientes, o espaço de expressão daquele ou daquela jovem. Vão buscar o lugar onde possam ser ouvidos e ouvir algo que lhes diz respeito. É o que revela a seguinte questão trazida no formulário eletrônico:

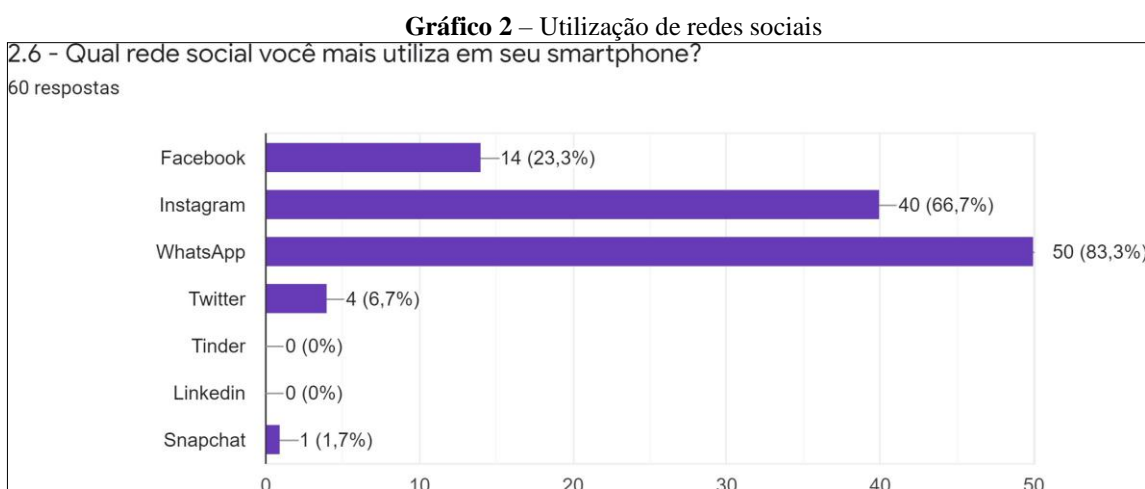
Gráfico 1 – Uso de smartphones



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O gráfico acima trata de uma pergunta múltipla escolha com possibilidade de várias respostas. Dos 60 que responderam, 50 sinalizaram as redes sociais. Seguidos delas, estão músicas, vídeos e serviços de streaming.

Com o avanço tecnológico, os programas de televisão de rede aberta, onde se passavam apenas um conteúdo “*mainstream*”, perdeu seu protagonismo dentre os telespectadores motivados pela descentralização dos programas em diversos canais de TV a cabo (como analisa Cristina Ponte, 2010) e/ou canais virtuais, como serviços de streaming (NetFlix, Amazon, GloboPlay, entre outros). Assim, a audiência não está servida apenas do mesmo prato. O telespectador pode buscar, entre a gama de ofertas, programas no qual se identifique, onde ele encaixa seus sonhos no que está vendo. Isso é igualmente aplicável às músicas, onde o público de hoje não está mais refém das rádios, podendo buscar, nos canais virtuais, aquilo que cante sobre o ouvinte e ali ele possa se ver. Percebe-se assim que o nível de atração de cada meio de comunicação está proporcionalmente ligado à possibilidade de participação do jovem.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Este último gráfico revela, de maneira específica, a rede social mais utilizada pelos jovens, mostrando que o aplicativo WhatsApp, onde sua principal função é a troca de mensagens de texto, tem maior destaque, sobrepondo-se, por exemplo, ao Instagram, aplicativo que funciona como um mural digital de fotografias, não proporcionando tanta proximidade entre os usuários como o WhatsApp. Isso enfatiza a afirmação feita acima de que este público se interessa principalmente pela íntima comunicação dialógica,

Ainda com Ponte (2010), em pesquisa realizada com jovens entre 15 e 24 anos, de diferentes classes econômicas em Portugal, a autora, à luz Peter e Valkenburg, constatou que há um traço transversal entre os diferentes perfis pesquisados e o seu uso da internet, tendo-a como meio de comunicação entre amigos e o entretenimento como as maiores características deste traço, mas que há - ainda - grande distinção entre os perfis correspondente à possibilidade de acesso aos meios digitais.

Levando em consideração essa conceituação do termo comunicação atribuída pelos jovens pesquisados (conversar, dialogar, falar, interagir pessoalmente e/ou por meio de espaços virtuais) é pertinente observar a importância que os sujeitos classificam nessas suas relações, como observado em uma das questões do formulário:



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A relação entre as respostas das diferentes perguntas revela quão significativo é o compartilhamento e construção de suas identidades nesta constante unidade entre os sujeitos. Percebem, de maneira explícita ou subliminar, que aquela relação dialógica se sobrepõe ao individualismo proposto pelos modelos de sociedade pós-industrial⁴. Ainda que cada um guarde consigo suas particularidades (que nada assemelha-se ao conceito de individualidade), veem-se ali em comunhão e incessante construção coletiva.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva, porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A

⁴ Durkheim, um dos pais fundadores da sociologia, afirma que, com a industrialização, as sociedades passaram a assumir um modelo de solidariedade orgânica (onde cada um assume diferentes funções - tal qual um organismo humano: diferentes órgãos realizam diferentes papéis para um fim comum), onde as pessoas não compartilham uma única identidade, como nas sociedades mecânicas (onde cada um atua como engrenagens semelhantes, também em prol de um fim comum). Em vez disso, cada um se assume como indivíduo, distanciando-se, assim, do outro.

assunção de nós mesmo não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou de **tu**, que me faz assumir a radicalidade do meu **eu**. (Freire, 2016. p. 42).

Na segunda sessão do formulário, onde é abordado com maior atenção a relação entre alunos na e da escola, objetivou-se observar as descrições que estudantes dão à essa relação e seus anseios sobre ela.

Quando perguntados sobre “Como você descreveria a comunicação entre alunos dentro da sala de aula? E por quais meios acontece essa comunicação”, das 60 respostas, 10% sinalizaram uma comunicação problemática. Os motivos são pequenas desavenças pessoais com colega de turma e por perceber a interação entre alunos dentro da sala de aula como desrespeitosa. Já a outra parte das respostas sinalizaram positivamente. Entre as respostas, umas com mais ênfase que outras, contaram sobre como gostam da comunicação com a “fala, abraços, olho no olho” e demais adjetivos que remetam à aproximação dos sujeitos.

Gráfico 4 – Opinião sobre comunicação no espaço escolar



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Este gráfico representa uma pergunta de múltipla escolha de apenas uma resposta; quando perguntados, de maneira mais específica, com resposta aberta (“Você almeja uma forma melhor de se fazer comunicação entre todos os alunos de sua escola? Se sim, qual?”), 36% das respostas disseram não almejar uma forma melhor de fazer a comunicação entre os alunos; 13% disseram não saber responder e os 51% restantes trouxeram diversas sugestões como “acesso à internet para todos”, “debate em sala de aula”, “mais atividades físicas”, “um perfil do aluno onde todos pudessem socializar”, “mais plataformas digitais”. Em meio a essas respostas, quatro delas sugeriram empatia e verdadeiro companheirismo entre os alunos.

A última pergunta da sessão trata de uma questão informacional por meio da comunicação:

Gráfico 5 – Utilização de meios de comunicação no cotidiano escolar

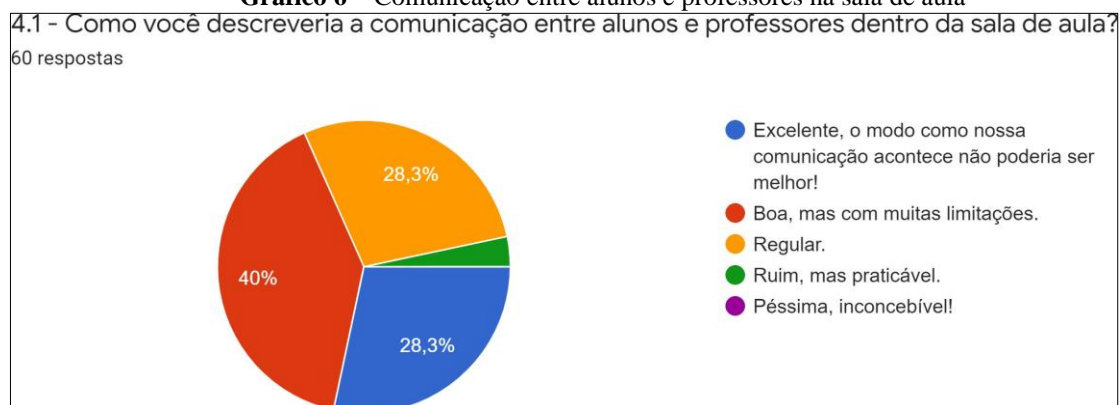


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O gráfico revela a ausência de uma dinâmica comunicacional dentro da escola. Há uma evidente limitação das formas e recursos de se fazer um ambiente integralizante em termos comunicacionais. Assim sobra-lhes a vontade e a predisposição, mas lhes faltam a faca e o queijo. Buscam os recursos externos à educação formal, como meios digitais, para tentar aproveitar sua condição de coletivo. Estão diariamente no espaço sociável que é a escola mas, como o suplício de Tântalo, parecem não gozar plenamente do direito à comunicação (abordaremos a questão do direito à comunicação com maior profundidade posteriormente).

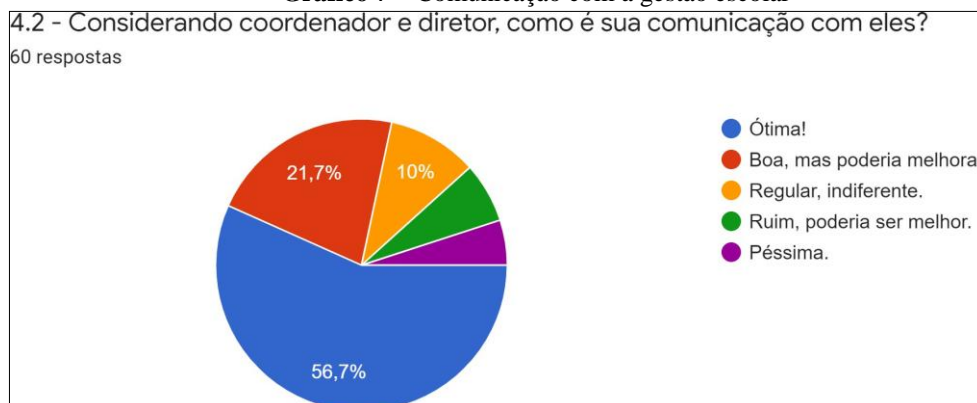
A terceira, última e mais curta sessão trata da relação comunicacional entre alunos e profissionais da educação. Nas duas primeiras perguntas, questões de múltipla escolha com resposta única, abordou-se, objetivamente, a percepção dos estudantes acerca de sua comunicação com os professores, coordenadores e diretores:

Gráfico 6 – Comunicação entre alunos e professores na sala de aula



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 7 – Comunicação com a gestão escolar



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Apesar de as opções de respostas sofrerem pequenas alterações, há unidade semântica, possibilitando a observação do contraste entre as respostas das duas questões. Enquanto 28,3% dos estudantes classificam a comunicação com os professores com a resposta mais positiva, o dobro dessa porcentagem é atribuído aos coordenadores e diretores.

Para a compreensão da sessão como um todo, a última questão explana melhor as pontuações dessa relação (estudante-professores, estudantes-coordenadores e diretores). Quando perguntados se “Você acha que é possível ter uma melhor comunicação com os professores, coordenador e diretor da escola? Como?”, das 60 respostas, 11 mostraram estar contentes com a forma de comunicação já existente; 4 não souberam responder e; 35 disseram que poderia, sim, ser melhor. Os que negaram a possibilidade de ser feita uma melhor forma de comunicação, não trouxeram maiores argumentos além de que “está bom desse jeito”. Dos que assentiram com a possibilidade, a maioria sugeriu maior proximidade entre professores e alunos como: “grupos de whatsapp com os professores”, “os professores perguntando como é

que estamos e chegando junto”, “separar um tempo antes da aula para conversar com os alunos”.

Este anseio dos estudantes pela proximidade com os professores revela um entendimento moderno das relações pedagógicas. Paulatinamente confrontam por meio de anseios e práticas o que fora constatado por Bourdieu (2008, p. 138):

O professor encontra nas particularidades do espaço que lhe concede a instituição tradicional [...] as condições materiais e simbólicas que lhe permitem manter os estudantes à distância e com respeito, e que o coagiram mesmo se ele se recusasse a aceitá-las.

Vêm percebendo unidade entre discentes e docentes. Buscam proximidade pois compreendem esta possibilidade, enterrando a dicotomia professores *versus* alunos. De maneira dialética com bases materiais (Marx, 2008) a educação formal se apresenta hoje, a partir da perspectiva discente, com dinâmica diferente do que se apresentou a escola ao longo da história da educação no Brasil (Saviani, 2011), e de maneira ainda dialética há de se continuar em progresso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a teoria da estruturação de Giddens (2003), onde a estrutura apresenta-se como regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; suas propriedades promovem uma existência de sistemas sociais⁵ amarrados em determinado espaço-tempo. A estrutura é marcada pela “ausência” do sujeito, isto é, funciona de maneira externa às suas ações. Portanto, o autor propõe a superação do termo enquanto fator de coerção invariável independente das práticas humanas: tendo tais práticas como meio de reprodução e manutenção da estrutura.

Assim, enxerga-se na integração social⁶ a ação humana como potencial detentora de poder (não um recurso, mas a capacidade transformadora) quando constituindo-se agência, não relacionando-se com intencionalidade da ação mas com o poder desta de produzir um efeito.

Nesta perspectiva os seres não são puros produtos de coesão. Se concebem como atores com capacidade não só de controlar e regular suas atividades como também as dos seus

⁵ Relações reproduzidas entre atores ou coletividades organizadas como práticas sociais reguláveis (Giddens, 2003).

⁶ Reciprocidade entre atores em contexto de co-presença (Giddens, 2003).

pares, nos seus aspectos físicos, sociais e em seu contexto. Espera-se que os atores possam, habitualmente, explicar boa parte do que fazem, embora não se espera que possam apresentar razões discursivas para determinados itens de sua conduta.

A pesquisa realizada por meio do formulário eletrônico trazida no presente artigo retrata o movimento de constituição dos estudantes em atores uma vez que estes exercem uma ressignificação de comunicação não condizente com a proposta de reprodução e manutenção da estrutura por meio dos instrumentos de mídia de massa. Como já dito, os meios de comunicação de massa subverteram o conceito de *comunicare* ao dissipar sua essência dialógica dissociando o emissor do receptor; como um novo movimento da juventude (mesmo que sem a intencionalidade) contesta-se este atual conceito de comunicação trazido pela mídia de massa transformando-o e reivindicando-o como tendo a ação dialógica como axioma.

Esta transformação, no entanto, não se finda em termos conceituais. A escola como espaço de socialização promove a formação cidadã não só dependente de seu currículo mas também como produto dos tipos de relações interpessoais ali sediadas. Ainda que estudantes tenham queixas em relação ao modelo de interação entre os diferentes segmentos da escola (ex.: estudantes - professores ou estudantes - coordenação/gestão), constroem entre si novas relações em defronte à estrutura. Defronte porque nota-se uma rede de poderes dentro da escola que espelha a estrutura social e a política do Estado, afinal, tendo a escola como uma instituição formal do Estado, esta projeção não poderia ser diferente. Essa rede de poderes interfere em quem tem o poder de decidir e ser sujeito/a de ação, bem como define o papel dos/das “subalternos”, quem cumpre os comandos, de forma não necessariamente explícita e declarada, mas velada.

Considerando o debate foucaultiano sobre Biopolítica (Foucault, 2008), sabemos que o biopoder pode funcionar como resposta a questões como “como organizar e conduzir grupos sociais homogêneos ligados pela disciplina?” Sendo com isso, se dispõe e se cria à prática governamental estratégias de controle através da vida. Assim, o poder não se mostra mais como um fator externo impositivo, mas sim como algo aparentemente espontâneo, intrínseco à vida e ao cotidiano, exalando-se nas mais diversas e triviais ações e reproduções humanas.

É a partir deste entendimento que se constata como a dinâmica comunicacional dialógica se apresenta como agência por produzir efeitos não promovidos por estratégias de controle derivados do biopoder.

A dialogicidade toma caminho inverso ao controle da vida por ser elemento fundamental ao reconhecimento da pessoa como sujeito que constrói a sua história, reconhecendo-se assim como parte de um todo, de um conjunto somado a outros sujeitos. Este reconhecimento e percepção acarreta em nova perspectiva, novo olhar para o mundo, fertilizando seu espaço para construção da ação transformadora. Em resumo, a vigência de uma comunicação dialógica é um passo importante para a utopia da emancipação humana.

Percebendo a inclinação da juventude à priorização de sua formação e, tendo esta formação alicerçada ao diálogo juntamente com a tendência de pautar a discussão da comunicação por um viés democrático, vê-se no horizonte novos paradigmas de relações sociais. Seria cair em meros devaneios otimistas afirmar que caminhamos, cada vez mais, em direção à emancipação. Entretanto arriscamos dizer que trazemos elementos importantes à emancipação no andar a caminho deste horizonte.

REFERÊNCIAS

I Encontro Estadual de Direito à Comunicação Discute Resistência. **Folha de Pernambuco**. Recife, 01/10/2019. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/i-encontro-estadual-de-direito-a-comunicacao-discute-resistencia/12565/>> Acesso em: 25 jul. 2020.

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos**. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**. 7º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o acesso a informações públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CASTRO, M. G.; VASCONCELOS, A. A Participação Política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2007. p. 79 – 116.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24. p. 40 – 53, set/out/nov/dez 2003.

DRUETTA, D. C. Desafios atuais da área de comunicação. In: Citelli, A. O.; Costa, M. C. C. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 107.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 53º ed. Paz&Terra, Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra LTDA, 2013.

GIDDENS, A. **A construção Social da Realidade**. 2º ed. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

JENSEN, K. B. Teoria e Filosofia da Comunicação. **MATRIZES**, ANO II – Nº 1. p. 31 – 47. 2008.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da econômica política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDEL, T. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2.ed. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/liberdadeinformacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ONU. **Convenção das Nações Unidas contra a corrupção**. 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, Vol. XXV (1.º-2.º), Lisboa: 1990 (n.º 105-106), pp. 139-165

PERNAMBUCO. **Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012**. Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/Leis_Tributarias/2012/Lei14804_2012.htm> Acesso em: Acesso em: 25 jul. 2020.

PONTE, C. Jovens e internet: discutindo divisões digital. *In*: BARBOSA, MORAIS, O. J. **Comunicação, Cultura e Juventude**. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 47-72

SANTOS, A. O que é transdisciplinaridade. **Rural Semanal**, semana de 22/28 de agosto de 2005.

SANTOS, M. Mídia, jovens e neotribalismo virtual. *In*: BARBOSA, MORAIS, O. J. **Comunicação, Cultura e Juventude**. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 73-88

SOARES, I. O. **EDUCOMUNICAÇÃO**: o conceito, o profissional, a aplicação. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

STRAUSS. L. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1987.